

S
UFRJ/IEI
TD103

043962-2

Universidade Federal do Rio de Janeiro

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 103
INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVI-
MENTO NO BRASIL. PERSPECTIVAS
PÓS AJUSTE.

Carlos Aguiar de Medeiros

Setembro/1986

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.
PERSPECTIVAS PÓS AJUSTE (*)

Carlos Aguiar de Medeiros

Setembro/1986



43 - 016336

(*) Artigo apresentado no seminário internacional "Indústria en America Latina: Crisis y Perspectivas" promovido por FLACSO, Costa Rica, 26-30 de maio 1986.

anpec

INSTITUTO NACIONAL DE
ESTATÍSTICA E PESQUISA
DE ECONOMIA INDUSTRIAL

Este trabalho foi impresso

com a colaboração da ANPEC

PROGRAMA NACIONAL DE
RECURSOS HUMANOS

FEA - UFRJ
BIBLIOTECA

Data: 10 / 11 / 86

N.º Registro: 043562-2
MS 98322

S
UFRJ/IEI
TD 103

FICHA CATALOGRÁFICA

Medeiros, Carlos Aguiar de
Industrialização e desenvolvimento no Brasil.
Perspectivas pós ajuste.
--Rio de Janeiro. UFRJ/Instituto de Economia
Industrial, 1986.
44p. -- (Texto para Discussão, nº 103)

Introdução

O objetivo deste artigo é o de investigar o desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil nos últimos anos, suas principais interpretações e perspectivas futuras. Serão enfatizadas, especialmente, as transformações estruturais ocorridas na década de 70 que permitiram um ajuste da economia brasileira de tipo inédito na América Latina face à crise internacional. Em seguida serão investigadas algumas tendências de modernização ora em curso que permitam extrapolar algumas perspectivas para os próximos anos.

A partir deste diagnóstico serão levantadas algumas questões sobre as alternativas e os desafios que se abrem no cenário brasileiro a partir das recentes medidas econômicas de estabilização e crescimento.

O discurso de cenários, contudo, por importante que seja, padece de uma ausência fundamental. Trata-se da dimensão política, dos atores-sujeitos que dão vida às opções e estratégias. Mais precisamente, a dificuldade essencial reside em articular o Estado não como uma variável exógena à acumulação - o setor Governo - mas como um elemento endógeno, de forma a conferir a esta uma dimensão política.

Este ponto, decisivo, nos remete à crise do desenvolvimento, que procurar-se-á explorar na última parte deste artigo.

1. A Industrialização Recente da Economia Brasileira

A economia brasileira conta hoje com uma indústria moderna diversificada. Este pensamento, se formulado há alguns anos atrás, seria unanimemente considerado uma heresia ufanista e desprovido de qualquer base real. Contudo, superados os duros anos de 1981 a 1983, a economia brasileira encontra expressivas possibilidades de crescimento, baseadas no peso, no dinamismo e na estrutura do setor industrial. Com efeito, se no período crítico de 1981 a 1984 a taxa acumulada do PIB foi de -0,3%, já no ano de 1984 houve um crescimento positivo de 4,5% e de 7% em 1985. Quanto ao setor industrial, houve um crescimento de 6,0% em 1984 e espera-se para 1985 uma taxa de 8%. Segundo os "Novos Cenários para a economia brasileira (1985/90)" realizados pelo BNDES, o ano de 1985 teve uma taxa de crescimento do consumo de 7,1%; uma taxa de crescimento do investimento de 10,0% e a formação bruta de capital fixo sobre o PIB atingiu 16,9%. As perspectivas futuras não são de reversão, mas de sustentação do crescimento econômico. Tais perspectivas devem ser investigadas a partir de uma dupla mudança: de um lado deve-se investigar a natureza do processo de industrialização recente, de outro, a natureza do superávit comercial

que a economia brasileira vem apresentando com o exterior nos últimos anos. Com efeito, como se procurará argumentar, esta segunda mudança foi fundamental por conferir à economia brasileira graus de liberdade necessários ao crescimento econômico.

1.1 - Estrutura Industrial e Transformação

Conforme demonstrou Castro (1985) a opção tomada pela economia brasileira em 1974, de a diferença de um bom número de países recusar o caminho do ajustamento a partir da crise do petróleo e partir para uma estratégia de crescimento com endividamento, marcou decisivamente a estrutura produtiva. Com efeito, a ênfase essencial do II PND na produção interna de insumos básicos e bens de capital, reverte o caminho "natural" até então trilhado na economia brasileira de privilegiar o setor de duráveis de consumo. O Quadro 1 dá a grandeza das inversões realizadas por gênero de indústria..

A magnitude destes investimentos gerou profundo impacto estrutural. "Estè valor de las inversiones en los setores estratégicos, que representan el triple de los realizados em 1973 (año de auge de la producción corrente), demuestra un esfuerzo de acumulación de capital y una diversificación de la estructura industrial en dirección de la industria pesada, sin precedentes en la historia de la industrialización brasileña" (Tavares e Coutinho, 1984, pg. 56).

Quadro 1

* Investimentos em Setores Industriais Selecionados
(milhões de dólares)

Setores	1969*	1973	1974	1975	1977	1979
Metalurgia	53.1	479.6	925.5	1065.8	948.3	1160.5
Mecânica	18.8	64.1	106.6	173.0	189.5	122.7
Mat. Elétr. e Comunicações	19.9	140.9	151.4	156.2	166.8	174.5
Mat. de Transporte	131.4	349.8	417.1	489.3	460.2	567.1
Papel	0.6	37.5	55.2	113.5	348.6	141.7
Produtos Químicos	72.2	280.6	361.6	367.1	797.2	723.4
Total de Manufaturas	544.1	1175.0	2607.1	3087.1	3886.7	3861.8

Fonte: Banco Mundial, Política Industrial e Exportação de Manufaturas do Brasil, Rio de Janeiro, Fev. 1983.

*) Estimado. Ver Maria da Conceição Tavares e Luciano Coutinho (1984).

O Quadro 2 revela a concentração dos investimentos no setor de bens de produção.

Quadro 2

Participação Relativa dos Principais Setores Industriais no Investimento Total no Setor Manufatureiro
(milhões de dólares)

	1969	1973	1975	1979
<u>Bens de Produção</u>				
Metalurgia	9.8	27.1	34.5	30.1
Material de Transporte	24.2	29.7	15.8	14.7
Produtos Químicos	13.3	15.8	11.9	18.7
Subtotal	47.3	62.6	62.6	63.5
<u>Bens de Consumo</u>				
Têxtil e Vestuário	16.5	6.3	5.3	2.6
Alimentos	6.6	6.6	4.7	6.2
Bebidas e Tabaco	4.8	2.1	2.8	3.1
Subtotal	27.9	15.0	12.8	11.9

Fonte: Idem.

Deste modo, o crescimento econômico ocorrido no período de 1974 a 1980 se deveu fundamentalmente à vigorosa expansão da capacidade produtiva em insumos básicos e bens de capital. Como veremos em seguida foi esta nova estrutura industrial que gerou, a partir de seu dinamismo, um amplo movimento em direção ao mercado externo. Por outro lado, a intensa "substituição de importações" implicou em uma expressiva economia de divisas. Os Quadros 3 e 4 quantificam este processo. Pelo primeiro percebe-se a concentração dos efeitos dos programas setoriais de investimento do II PND nos anos de 1983 e 1984. Pelo segundo infere-se o crescimento e o declínio do coeficiente de importações a partir da maturação dos investimentos.

Quadro 3?

Quadro 4

Ganhos de Divisas Derivados dos Programas Setoriais
(US\$ milhões)

Ano	Petróleo	Metais não Ferrosos	Papel e Celulose	Produtos Siderúrgicos	Fertilizantes	Produtos Químicos	Total
1981	1.052	22	90	149	354	1.029	2.696
1982	1.903	139	170	79	218	1.210	3.719
1983	2.351	366	188	363	308	1.308	4.884
1984	4.404	353	378	636	325	1.307	7.403

Fonte: Castro, A.B. (1985).

Quadro 5

Coeficiente de Importações de Manufaturados na
Oferta Total de Manufaturados

1949	1964	1967	1970	1974	1979	1984
13,9	6,1	7,1	8,0	11,9	6,8	3,5*

Fonte: Política Industrial e Exportação de Manufaturados do Brasil, FGV/Bco.Mundial.

*) Estimativa de Castro (1985).

A transformação estrutural da indústria obteve, portanto, significativo impacto sobre o quantum e a pauta de importações. Por outro lado, as exportações de manufaturas quase que triplicam a sua participação nas exportações totais: em 1970 eram responsáveis por 13,3% das exportações totais, em 1982 chegam a 30,3%.

A importância destas transformações só pôde ser corretamente avaliada a partir da recuperação econômica ocorrida em 1984. A profunda crise econômica dos primeiros anos da década, engendrada por um profundo reajuste face a recessão mundial, não foi suficiente para configurar um processo de desindustrialização semelhante ao ocorrido em diversos países da América Latina. Apesar da intensidade da crise, responsável por uma regressão dos níveis de produção dos setores de bens de capital, insumos básicos e bens de consumo duráveis para níveis dos anos 70 e, mais intensamente ainda, um aumento alarmante do nível de desemprego industrial — ver Quadro 6 —, as mudanças estruturais se fizeram sentir na recuperação.

Quadro 6

Indústria de Transformação
Variação da Produção Física - 1980-1983 (%)

Período	Total da Indústria	Bens de Capital	Bens Intermediários	Total	Bens de Consumo	
					Duráveis	Não Duráveis
1980-81	-11,2	-17,2	-12,4	- 1,2	-25,3	-0,6
1981-82	- 0,3	-13,2	2,2	3,0	8,5	2,1
1982-83	- 6,2	-20,3	- 3,0	- 5,0	- 4,0	-5,2
1982-83	-17,0	-43,0	-13,0	- 7,0	-22,0	-4,0
Produção Equivalente em 1983 a.a.	1977	1973	1978	1971	1978	1979

Fonte: IEI-UFRJ. Boletim de Conjuntura Industrial, vol.4, nº 2, abril de 1984.

Com efeito, depois de acumular taxas de crescimento negativas, o setor de bens de capital cresce em 1984 a uma taxa de 12,8% e, em 1985, a uma taxa de 11,0%.

O crescimento da economia brasileira em 1984 teve no setor exportador um componente dinâmico fundamental. As exportações de manufaturados cresceram a um ritmo mais veloz que a evolução do produto industrial. Tal se deu em função do forte crescimento da economia americana registrada no ano. Por outro lado, e aqui reside o elemento estrutural mais importante, o crescimento das exportações foi resultado do aumento da competitividade dos manufaturados brasileiros. Como afirmaram Tavares e Coutinho, na saída da crise "Tendió a verificarse, incluso, uma modernización de la metalmecánica en el sentido de las innovaciones de equipos de numérico, revisión delos procesos

de taylorización, ahorro y reconserción energética". (idem, pg.62). A recuperação da produtividade do trabalho se deu mais rapidamente que o aumento do emprego da massa salarial. O Quadro 7 apresenta os índices relevantes.

Quadro 7

Produção, Emprego e Produtividade do Trabalho na Indústria de Transformação

Anos	Produção	Emprego	Produtividade do trabalho
1981	88,7	92,7	95,7
1982	88,4	86,3	102,4
1983	83,2	79,8	104,3
1984	88,2	78,1	112,9
1985 ⁽¹⁾	94,1	82,3	114,3

Fonte: FIBGE.

(1) Jan-Julho.

Em 1985, a dinâmica do crescimento é explicada não mais pelo "export drive", mas pelo crescimento do consumo interno. Mais precisamente isto se patenteou no 3º trimestre de 1985. As exportações refrearam seu ímpeto e o consumo interno aumentou significativamente a partir da expansão da massa de salário (aumento dos salários reais e aumento do emprego).

Face a esta dinâmica registrou-se em 1985 uma recuperação do nível de investimentos, especialmente no setor de bens de capital. Estes investimentos estão sendo endereçados em boa parte para a modernização das instalações existentes com visi

veis impactos sobre a produtividade do trabalho.

A partir destas transformações na base produtiva, as projeções de crescimento realizadas pelo BNDES afirmam as seguintes tendências para 1985-1990:

a) espera-se uma taxa média de crescimento do PIB de 7,8%, para o produto industrial prevê-se um crescimento de 8,7%, para a agropecuária de 5,2% e para o setor de serviços de 7,8%.

b) supondo uma expansão do comércio internacional na base de 4% a.a. é previsto um crescimento modesto das exportações em torno de 2,4%. As importações totais deverão crescer a uma taxa média real de 5,1%. Com estas hipóteses, é suposto o seguinte perfil do Balanço de Pagamentos:

Quadro 8

Alguns Resultados do Balanço de Pagamentos

	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Balança Comercial	13,2	13,1	13,8	14,0	13,1	12,5
Serviços Ex-juros	3,1	3,5	4,0	4,6	5,2	5,1
Juros - Recebimentos	1,1	1,3	1,7	1,8	1,8	1,9
Juros - Pagamentos	10,3	9,7	10,4	10,1	8,9	8,6
Saldo em Conta Corrente	0,9	1,1	1,0	1,2	0,7	-0,1
Investimento Direto	1,1	1,4	1,6	1,8	2,0	2,4
Reservas Brutas Totais	14,0	16,6	19,2	22,2	24,9	27,2

Fonte: Novos Cenários para a Economia Brasileira (1985-90), BNDES, pg. 29.

c) as projeções acima afastam duas hipóteses comumente elevadas sobre o impacto da dívida externa sobre o crescimento econômico:

- o hiato de divisas, culminando em um estrangulamento externo;

- o hiato de poupança, gerado a partir de transferência real de renda ao exterior por conta dos juros da dívida. Sobre o primeiro problema, o baixo coeficiente de importações gerado por forte substituição de importações e a mudança substancial da pauta de exportações, parece afastá-lo como uma restrição provável. Quanto ao segundo hiato, o da poupança, as projeções disponíveis parecem relativizar sua importância. No Quadro 9 é apresentado o comportamento esperado da Poupança Interna e da "poupança territorial" (conceituada como PIB menos o consumo, incluindo, portanto, as transferências).

Quadro 9

Taxas de Poupança e Investimento

	% a.a.					
	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Investimento/PIB	16,9	17,6	17,6	18,5	19,7	20,7
Poupança Interna/PIB	17,3	18,1	18,0	18,9	19,9	20,7
Poupança Territorial/PIB	22,0	22,0	21,7	22,1	22,6	23,1

Fonte: BNDES, op. cit., p.34.

O crescimento da poupança interna parece ser compatível com um nível de investimentos capaz de sustentar um crescimento médio do PIB em termos de 7% a.a. Os aumentos em termos de eficiência do parque produtivo deverão reduzir a relação capital-produto aumentando viabilidade de tal crescimento.

Desse modo, as perspectivas parecem apontar um cenário compatível com um significativo crescimento do produto, da indústria e da massa salarial. Estas perspectivas, como se sabe, são dramaticamente diferentes daquelas que se afiguram para a maioria dos países latinoamericanos, particularmente aqueles que experimentaram terapias recessivas ortodoxas.

1.2 - Modernização e Mudança Tecnológica

Embora não se possua um quadro de informações razoável, percebe-se algumas modificações importantes na estrutura técnica da indústria. Em 1985, conforme atestam Suzigan e Kandir (1986) "as indicações são que não se trata ainda de uma retomada do investimento industrial em sentido amplo, com crescimento homogêneo da capacidade instalada do setor, mas sim da ampliação da capacidade de alguns setores e principalmente de investimentos em novas máquinas para modernização das fábricas e/ou introdução de novas tecnologias. Uma das evidências neste sentido é o fato de que o setor produtor de equipamentos sofisticados (isto é, equipados com componentes eletrônicos de controle numérico) está investindo na ampliação de sua capacidade, e atualmente registra níveis recordes de pedidos de carteira, o que não ocorre com os segmentos de bens de capital tradicio-

nais ou sob encomenda." (pg.130).

Estas máquinas que começaram a ser produzidas no Brasil em 1977 por subsidiárias de empresas alemãs, tiveram inicialmente uma difusão muito restrita em função do alto valor unitário. O grau de nacionalização destes equipamentos é muito baixo em função da insuficiência do complexo eletrônico no país. Contudo, o recente desenvolvimento da microeletrônica poderá a médio prazo aumentar o grau de nacionalização destes equipamentos aumentando sua oferta interna. Estima-se em 680 o estoque destas máquinas em 1980 contra apenas 99 antes de 1975 (Tauile, 1983).

Em particular a indústria automobilística passou por significativa modernização tecnológica a partir do lançamento dos "carros mundiais". Em 1981 a indústria automobilística empregou 110.000 trabalhadores e, buscou introduzir novas técnicas com alta densidade de equipamentos com base na microeletrônica. Em 1983 cerca de 50 empresas do ramo automobilístico e de auto-peças utilizavam cerca de 150 máquinas ferramentas com controle numérico. A recente evolução do complexo eletrônico pode ser vista nos Quadros 10 e 11.

De acordo com Erber (1985), "the number of computers installed in Brazil increased over 15 fold between 1973 and 1982, partly as a consequence of the diffusion of locally produced micro computers". (pg.11).

A organização industrial do setor é dominado por em-

Quadro 10
Demanda de SCC^(*), Produção Local, Importação e Exportação
1978/81 - US\$ milhões

	1978	1979	1980	1981
Produção para o mercado local (1) (Índice)	83,7 (100)	92,2 (110)	113,1 (135)	92,4 (110)
Exportações (2) (Índice)	30,8 (100)	28,3 (92)	46,8 (152)	42,6 (138)
Produção total (3)=(1)+(2) (Índice)	114,5 (100)	120,5 (106)	159,9 (140)	135,0 (118)
Importações (4) (Índice)	63,3 (100)	71,2 (112)	99,2 (157)	95,6 (151)
Demanda Interna (5)=(1)+(4) (Índice)	147,0 (100)	163,4 (111)	212,3 (144)	188,0 (128)

Fonte: GEICOM, ver Erber (1985)

(*) SCC - electronic semiconductor components.

Quadro 11

Computadores Instalados no Brasil - Importados
e Produzidos Internamente, Por Classe(a) e
Origem do Produtor
1978-1982 - US\$ milhões

Classe e Produtor	1978			1982		
	Valor	A/D	C/D	Valor	A/D	C/D
Classe 1-2		(17)	(83)		(80)	(19)
A-Produzidos por firmas nacionais	24,2			484,5		
B-Produzidos por subsidiárias	-			7,0		
C-Importados	120,6			116,5		
D-Total	144,8			608,0		
Classes 3-6		-	(73)		(2)	(54)
A-Produzidos por firmas nacionais	-			48,3		
B-Produzidos por subsidiárias	267,9			945,1		
C-Importados	735,0			1,175,2		
D-Total	1,002,9			2,168,2		
Classes 1-6		(2)	(76)		(19)	(46)
A-Produzidos por firmas nacionais	24,2			532,8		
B-Produzidos por subsidiárias	267,9			952,1		
C-Importados	943,0			1,291,7		
D-Total	1,235,1			2,776,6		

Fonte: 1978-SEI, 1982-IEI, ver Erber op.cit.
(a) classe por preço dos equipamentos:
classe 1 - \$ 20.000 ; 2 - \$ 90.000 ; 3 - \$ 180.000 ;
4 - \$ 670.000 ; 5 - \$ 1.900.00 ; 6 - \$ 3.000.00

presas transnacionais (ET) com exceção do setor de micro e mini computadores, protegidos pela política de reserva de mercado do governo. Contudo, apesar de fortes barreiras tecnológicas e financeiras intrínsecas ao setor ao final de 1982 existiam mais de 80 firmas nacionais. Provavelmente, este este setor exemplifica a noção de "infant industry" ao exigir o apoio do governo como estratégia de sobrevivência. A medida em que o setor se diversifica para componentes e semicondutores a estratégia de reserva de mercado se impõe como necessidade vital.

As características do mercado e a organização da indústria jogam um papel decisivo sobre a autonomia e difusão tecnológica. Esta questão só pode ser percebida com clareza na evolução recente do complexo químico e o papel até desempenhado pela Petrobrás e a Petroquisa.

Os efeitos de encadeamento tecnológico foram extremamente expressivos. Conforme atesta Lia Haguenauer (1986) a implantação de uma petroquímica moderna no país - o setor cresceu a uma taxa de 13,63% a.a. no período 1970-80 - foi resultado da capacitação tecnológica no refino do petróleo. Aquela, por sua vez possibilita, presentemente, avanços em direção à química fina.

Com efeito, a estrutura do complexo químico é bastante desequilibrada. "O complexo está plenamente desenvolvido na base, onde sólidas empresas, com predominância de capital nacional, operam na fronteira tecnológica, abastecendo, perfeitamente o mercado interno (a menos do petróleo, por uma questão

de recursos naturais) e exportando; seu segmento final - a exportação de algumas áreas, onde se destacam plásticos e fertilizantes - está desnacionalizado, dependente do exterior quanto a insumos e tecnologia... não se completando no país a cadeia produtiva base-finais que define o próprio complexo." (pg. 33, 34, Lia H., 1986).

Contudo, há indicações de modificações nesta área com o acirramento da concorrência entre grupos estrangeiros e empresas nacionais. Há fortes investimentos em pesquisa e desenvolvimento. É óbvio que tanto neste caso quanto na eletrônica a política industrial jogue um papel essencial. Por outro lado, conforme será enfatizado posteriormente, a evolução do complexo químico não é indiferente aos padrões de distribuição de renda. O aumento da demanda interna - resultado do crescimento econômico e expansão da massa salarial - é outro fator além da política industrial, capaz de acelerar a integração do complexo químico.

Estas breves observações indicam que está em curso um processo de modernização tecnológica importante, com previsíveis impactos sobre a estrutura industrial dos próximos anos. É bem verdade que este processo não é homogêneo e generalizado a todos os segmentos produtivos. Há atrasos flagrantes, resultados inclusive dos quatro anos recessivos. As perspectivas dependem, portanto, do estilo e agressividade da política industrial que vier a ser adotado.

1.3 - Alguns Resultados Sociais

A seção anterior revelou que apesar da forte recessão dos primeiros anos da década, a indústria possui condições estruturais de recuperação e modernização tecnológica. O aprofundamento do processo de substituição de importações em insumos básicos e nos ramos do setor de bens de capital, realizado na década passada, conferiu ao parque industrial um alto grau de complexidade e dinamismo. Apesar de alguns problemas estruturais relativos ao elevado grau de internacionalização da indústria de ponta, a inadequação da estrutura financeira no financiamento de longo prazo, as altas taxas de juros e o enorme e heterogêneo grau de endividamento das empresas brasileiras, o desenvolvimento industrial recente não poderia ser descrito, rigorosamente, como um desenvolvimento truncado. Esta característica (Fanjzylber 1983) supõe entre outros aspectos uma baixa endogenia do setor de bens de capital, particularmente em seus segmentos mais dinâmicos com visíveis efeitos sobre o dinamismo e competitividade da economia. Contudo, se a indústria se diversifica e se dinamiza, o mesmo não pode ser dito sobre o resultado social do desenvolvimento. Este sim, é "truncado", concentrado, marginalizador. O Brasil representa um dos maiores exemplos da desconexão entre crescimento e equidade. Acumulação e miséria compõe a polarização mais importante da sociedade brasileira. Aqui, exemplifica-se dramaticamente, a já antiga denúncia da CEPAL sobre a não difusão dos frutos do progresso técnico para o conjunto da sociedade. Ver Quadro 12.

Quadro 12

Egüidade: Relação entre a Receita de 20% da População de Maiores Rendas e de 40% de Menores Rendas

Argentina	3.6
Brasil	9.5 !!
Chile	3.8
Uruguai	2.9
Corêia	2.7
Japão	1.7
EEUU	3.7
Suécia	1.9
Espanha	2.4
Inglaterra	2.1

Fonte: "World Economic Report", World Bank, ver Fanjzylber, 1986, pg.20.

A mesma fonte revela ainda que o Brasil, dos países listados acima é o que possui a menor esperança de vida, o menor consumo calórico por habitante, o mais baixo nível de escolarização.

A segmentação e iniquidade do quadro social não se reverteu com a industrialização, mas, ao contrário, se agravou. Neste sentido se podemos afirmar com Castro (1986) que "o parque manufatureiro criado no Brasil em 1974 não mais cabe - se quer como caso limite - dentro do perímetro do subdesenvolvimento" (1985) o mesmo não podemos dizer quanto ao conteúdo

social do desenvolvimento. Aqui, se avolumam dramaticamente as conhecidas características do subdesenvolvimento. A despeito da preocupação presente na retórica dos planos de desenvolvimento do Governo, inclusive no industrialista II PND, os resultados sociais foram pífios e desconcertantes. O crescimento industrial recente ampliou a segmentação e a marginalização dos mercados urbanos de trabalho. Conforme Tavares, ocorreu historicamente "a existência de excedentes permanentes de población absolutamente no utilizables - frente ao desarrollo de las fuerzas productivas capitalistas - y, por lo tanto, incapaces de ser sometidas a la explotación capitalista en mercados de trabajo organizados" (1980, pg.22). Os setores da classe trabalhadora mais organizados e nas esferas de mercado mais segmentados diferenciam-se progressivamente da massa dos assalariados. A enorme dispersão salarial e rotatividade impedem que os segmentos mais organizados do mercado de trabalho, sinalizem, para o conjunto da massa salarial o ritmo e o crescimento de seus salários, resultados de suas lutas trabalhistas e do aumento geral da produtividade da economia.

Por outro lado, recaem sobre os trabalhadores assalariados e, especialmente para os subempregados - cerca de 35% da PEA em 1980 - a elevação permanente dos preços dos alimentos. A marginalização progressiva dos pequenos agricultores, responsáveis por significativa parcela da oferta de alimentos para o mercado interno, está na raiz deste processo. Atraídos para as cidades em busca de melhores condições de vida, explorados pelos oligopsônios mercantis, pelo difícil acesso ao crédito e instabilidade dos preços, a margem de todo progresso

técnico, vão constituir os subempregados nas periferias das grandes metrópoles. Por outro lado, a grande empresa no campo se desloca preferencialmente para a agricultura de exportação em função dos sinais de mercado e da política do Governo.

O mais dramático é que, como escreveu recentemente Celso Furtado (1984) a industrialização brasileira não segue o estilo descrito por Lewis. A modernização tecnológica e a alta taxa de acumulação de capital reproduzem endogenamente um exército industrial de reserva. Os trabalhadores expulsos das atividades tradicionais não vem sendo progressivamente incorporados ao setor capitalista moderno. Este não precisa daqueles, nem mesmo como exército de reserva. Marginalizados permanentes.

A destruição das formas de subsistência pré-capitalistas o alto crescimento demográfico, a subordinação econômica, financeira e cultural do campo em relação às metrópoles, a integração da população através dos meios de comunicação, agem no sentido de expulsar a população do campo e das pequenas cidades em direção às grandes metrópoles. Nestas, ampliam os mercados informais de trabalho em todas as formas de subemprego urbano. Neste ponto não há no Brasil moderno, nenhuma novidade em relação ao seu passado, que de resto, é comum ao continente. Amplia-se a heterogeneidade estrutural, faveliza-se a população urbana, agudizam-se as condições de sobrevivência da população marginal. Assim é que em 1983, 49% das casas de famílias estavam na linha de pobreza absoluta. A incapacidade dos serviços públicos urbanos em atender minimamente as necessidades básicas da população em termos de habitação, saúde, trans-

porte, saneamento, etc., não sofreu qualquer solução de continuidade ao longo dos últimos vinte anos de industrialização. Sobre a população marginalizada recai, talvez, o aspecto mais dramático do autoritarismo e elitismo estatal. Atrofiado em sua função social, recortado por interesses particulares, o Estado se vê sem uma lógica e uma ética de coisa pública, ou, por outra, não concede a esta população o direito de cidadania. Os não-cidadãos são assim colocados frente a frente, em sua trajetória de sobrevivência, não com o capital industrial, mas com o capital mercantil, em seus segmentos tradicionais e modernos, equalizados em sua lógica especulativa de curto prazo. Uma lógica e uma cultura que o Estado não inverte mas se submete.

Este quadro nos remete à percepção de que a crise fundamental que a sociedade brasileira enfrenta hoje é uma crise ético-política. O capitalismo afirmou-se e constituiu-se plenamente mas, o seu projeto histórico, tem se revelado incapaz de aumentar as oportunidades de vida que possam assegurar o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos.

Trata-se, portanto, não de um insuficiente desenvolvimento da indústria, mas da existência de um Estado de bem-estar, o que nos remete, necessariamente, para a dimensão política do desenvolvimento, para a crise do Estado.

2. As Perspectivas "Estruturais"

O plano de estabilização e eliminação da inflação adotado em fevereiro de 1986 pelo Governo da Nova República obteve uma unanimidade espantosa e inédita no país. O seu caráter de neutralidade distributiva e a vertiginosa elevação dos preços nos meses anteriores explicam o grande consenso. É na perspectiva de seu sucesso e na retomada do crescimento econômico que se coloca o desafio aludido anteriormente. O desafio é precisamente este: a menos de uma ampla estratégia reformista as tendências em curso na economia e sociedade brasileiras são de repor sistematicamente as contradições essenciais do subdesenvolvimento: marginalidade social e heterogeneidade estrutural. Este quadro se configura a despeito da industrialização, modernização tecnológica e aumento geral da produtividade do trabalho. É este enorme "gap" social que precisa ser transposto. Por outro lado, a despeito do gigantesco esforço industrializante realizado, o ritmo da atual revolução tecnológica e consequente redivisão internacional do trabalho, impõe ao país uma ativa política industrial, comercial e tecnológica particularmente nos setores de maior encadeamento tecnológico.

Posta a questão nestes termos, é preciso explorar as perspectivas alternativas que se abrem. Desde logo, deve-se salienciar a especificidade do "problema" social. Trata-se da convivência simultânea de relações não-coetâneas. Se de um lado não se gerou no país um Estado de Bem-Estar, ao estilo europeu, por outro, este Estado está presentemente em crise. A convivência simultânea dos problemas do atraso com os da modernidade,

característica fundamental do desenvolvimento periférico, re-produz-se dramaticamente no campo social. A ilusão desenvolvimentista construiu-se exatamente por uma hierarquização estática entre os dois problemas. Como se fosse possível resolver primeiro a crise do atraso, para posteriormente dedicar-se à crise da modernidade. Mas a complexidade reside exatamente na indissociabilidade temporal das duas questões. A redução do tempo de trabalho necessário, a diversificação das oportunidades e fontes de lazer para o mundo do trabalho, a poluição industrial coexistem como foi salientado, com o insuficiente nível de saneamento, as insuficientes condições de moradia, nutricionais, do transporte, com a miséria absoluta, com o sacrifício inútil de vidas, com as doenças endêmicas. É uma crise tanto da insuficiência do capitalismo quando uma crise de sua civilização, de sua sociabilidade.

Segundo Giorgio Ruffolo (micro-Mega 1986) a história do capitalismo moderno é uma sucessão de conflitos e compromissos entre democracia social e capitalismo. Neste sentido, o Estado de Bem-Estar é uma solução de compromisso, de politização do econômico. No Brasil, como apontou agudamente Francisco de Oliveira (1983) o econômico sempre subsumiu o social. Este sempre foi submetido a uma lógica econômica. A despeito da estatização, a política pública é regida por leis mercantis. O social não se constitui como um pólo negador do capitalismo, reivindicando uma solução de compromisso. Desse modo se configurou mais bem um Estado de Mal-Estar social, hipertrofiando a lógica e a função empresarial do Estado em detrimento de sua "função reforma". A inequidade faz

parte da própria dimensão estatal.

Neste sentido, uma estratégia alternativa deve supor uma profunda mudança do Estado, uma democratização substantiva capaz de individualizar o social enquanto elemento conflitivo com a lógica e cultura mercantis típicas do capitalismo.

Esta concepção revela-se importante por situar a questão social em uma dimensão mais ampla do que um simples aumento da dotação de recursos para a área social. Trata-se mais bem de inverter o sentido do desenvolvimento até aqui adotado. Uma estratégia reformista deve refazer a lógica dos resultados do desenvolvimento econômico. Este deve ser avaliado a partir de sua capacidade de melhorar as condições de vida da população, de crescer distribuindo, em direção a uma nova sociabilidade, menos competitiva e mais solidária. Inegavelmente, tal estratégia possui uma dimensão conflitiva com a lógica de um projeto tipicamente capitalista como o desenvolvido recentemente. O primeiro desafio é exatamente indagar se a estrutura produtiva atual é capaz de abrigar um projeto reformista que seja economicamente consistente e politicamente viável. Sobre tal questão só nos é possível estabelecer um esboço das questões envolvidas. É possível destacar as seguintes dimensões do problema:

a) a atual estrutura produtiva é compatível com uma melhor distribuição de renda?

b) o atual processo de modernização tecnológica, na microeletrônica, na automação tende a reforçar o desemprego?

c) a estratégia exportadora na expansão da produção dos tradables goods compete em recursos com o aumento da oferta interna dos bens sociais?

d) uma estratégia distributiva é compatível com uma taxa de crescimento requerida para o pagamento dos juros da dívida externa?

Vejamos rapidamente os aspectos e as argumentações mais importantes acerca deste ítem.

a) Historicamente, a literatura do desenvolvimento sempre estabeleceu uma conexão entre estrutura produtiva e o perfil da distribuição da renda. A crítica ao estilo de desenvolvimento adotado na América Latina, em geral e, no Brasil em particular era de que reproduzia-se em países de baixa renda per capita um estilo de industrialização - baseado no dinamismo dos bens de consumo duráveis - que supunha implicitamente um consumo de massa. Daí ter havido uma contradição entre consumo assalariado e consumo sofisticado. O segundo se desenvolvia as expensas do primeiro. A reconcentração de renda era necessária para compatibilizar o perfil da demanda ao perfil de oferta. A análise partia da configuração de um "product mix" - resultado da nova internacionalização do mercado interno levada a efeito pelas empresas transacionais - que requeria, por sua vez, uma estrutura produtiva a ele compatível. A este perfil de oferta, adaptava-se um perfil de demanda concentrado. Esta lógica de encadeamento associava dependência e perversidade ao estilo de industrialização. Os últimos quinze anos, mostraram contudo, duas tendências importantes. Em

primeiro lugar houve uma profunda difusão dos bens duráveis para amplas faixas da população. Do rádio de pilha ao automóvel houve um amplo e diversificado consumo. Por outro lado, houve uma enorme diversificação da estrutura produtiva industrial. Talvez aqui possa se verificar uma debilidade importante na argumentação acima. A estrutura produtiva industrial possui um dinamismo endógeno capaz de inverter o sentido da determinação dado pelo perfil de oferta. São os investimentos cruzados em bens de capital e insumos básicos que vão determinar o novo "product mix" da economia. Esta determinação, contudo, não é rígida e diferentes perfis de oferta podem ser compatíveis com a atual estrutura produtiva. O que determinava a rigidez era exatamente a pequenez do setor produtor de meios de produção, basicamente o segmento de bens de capital e a enorme gravitação do crescimento econômico ao setor de bens de consumo de luxo. Tanto o setor produtor de bens de produção aumentou significativamente seu peso no produto industrial e no dinamismo da economia quanto a posse de duráveis alargou-se para amplas faixas da população.

Neste sentido, é possível supor uma estratégia alternativa com maior equidade a partir da atual estrutura produtiva industrial. O que não quer dizer a manutenção do perfil de oferta. Este deve alterar-se na medida em que aumente o consumo assalariado e a demanda de bens-salário. Não há incompatibilidade entre a estrutura produtiva e um perfil de demanda mais desconcentrado.

A discussão da evolução da química fina fornece-nos

um bom exemplo. A atual estrutura produtiva do complexo é compatível com dois perfis de oferta distintos. Um perfil "natural" baseado na introdução de novos produtos, na consolidação de marcas e voltado para um consumo elitizado. É possível supor um outro, "desejado", em que a oferta se adapte melhor às necessidades da população, principalmente no que se refere aos medicamentos; à higiene pessoal no fornecimento de produtos sintéticos de custo unitário reduzido aos setores de construção, eletrodomésticos, etc. (ver Lia Haguenaer, 1986). Por outro lado, este segundo perfil supõe uma reorganização da indústria no sentido de aumentar o seu nível de nacionalização e, consequentemente, uma maior independência tecnológica.

O exposto acima dá conta de uma possível compatibilização da estrutura industrial e um perfil de demanda potencial. Contudo, se pensarmos na estrutura produtiva como um todo, a questão torna-se mais complexa. Com efeito, o abastecimento interno de alimentos é um dos elos mais fracos do atual estilo de desenvolvimento. Tanto a questão agrária - a estrutura da propriedade da terra, o arrendamento, o preço especulativo da terra - quanto a agrícola - preço mínimo, crédito subsidiado, subsídio aos tradables - não se adaptam a uma estratégia de distribuição de renda. No campo se conjugam o acúmulo das tensões da modernidade e do atraso cujo equacionamento é absolutamente fundamental.

b) Entre 1950 e 1980 o emprego industrial no Brasil cresceu a uma taxa de 4,2% a.a. Este índice revela o dinamismo da indústria e é responsável pela modificação na composição da

estrutura ocupacional da população. Contudo, mesmo nos períodos de maior grau de utilização da capacidade instalada, o subemprego não deixou de aumentar. Como nas análises de Marx, a acumulação de capital, atrai, relativamente a sua grandeza, um número menor de trabalhadores. Por outro, destrói as economias de subsistência, aumentando o grau de marginalização e subempregados. Desse modo, além do desemprego cíclico, gerado pelas variações na demanda efetiva, segue existindo no Brasil, o desemprego estrutural.

O impacto específico da atual modernização tecnológica sobre o mercado de trabalho ainda não é possível de ser avaliado. Contudo, as discussões sobre os efeitos da automação nas linhas de montagem da indústria automobilística começam ganhar maior importância. Tudo depende do grau e da extensão do "círculo causativo virtuoso" entre mudança tecnológica e acumulação e, presentemente não se dispõe de razoáveis condições de avaliação. De todo modo, a questão estrutural do desemprego parece não encontrar resposta adequada no crescimento industrial. Aqui reside, possivelmente, o problema mais complexo do desenvolvimento brasileiro. A concepção predominante nos anos 50 explicava o desemprego estrutural pela inadequação da técnica adotada. Por ser do tipo capital-intensiva, o crescimento industrial não era capaz de absorver plenamente a população economicamente ativa. Não caberia repetir aqui a exaustiva crítica desta tese, mas os fundamentos microeconômicos ali implícitos são altamente questionáveis. Por outro lado, a evolução do emprego industrial foi bastante dinâmica se comparada com a evolução registrada em países mais desenvolvidos. A vigorosa in-

ternacionalização dos mercados internos supõe uma internacionalização da técnica - via comércio mundial de bens de capital - uma estandarização dos níveis de qualidade e uma equalização dos níveis de produtividade e preços de forma a tornar anacrônica a noção de técnica adequada. É possível um país capitalista escolher o que produzir, mas provavelmente impossível - a menos de uma total autarcização - definir como produzir.

Desse modo, só é possível especular duas hipóteses, não necessariamente exclusivas:

- redirecionar os "sinais de mercado" para o crescimento dos setores com alta densidade de trabalho (agricultura, produção extrativa, construção civil, etc.);

- modernização dos serviços, capitalização do setor terciário, incluindo aqui os serviços de infraestrutura (ver Baer e Rangel). Desde logo, vale notar que os estudos econômicos disponíveis afastam a hipótese de que o setor exportador possa ter uma importância maior sobre o emprego (ver Bonelli, 85). Trata-se, portanto, de um estilo de crescimento tecnicamente neutro em relação ao balanço de divisas já que o conteúdo de importação destas atividades é virtualmente nulo. Por outro lado, no caso da segunda hipótese, sua viabilidade depende dos recursos disponíveis. Trata-se de uma transferência intersetorial de excedente que depende, em última instância de uma alta produtividade do trabalho no setor industrial.

c) A possibilidade de uma estratégia de crescimento com maior conteúdo social é muitas vezes negada a partir do se

guinte argumento: o endividamento externo impõe ao país uma transferência de renda real ao exterior que só pôde ser viabilizada através de um ajustamento estrutural voltado para a produção dos tradables. Acontece que os bens sociais são não tradables. Haveria, portanto, um conflito de alocação de recursos entre as duas estratégias. Se a opção tomada for a do pagamento integral do serviço da dívida, as possibilidades de um ajustamento face às demandas sociais são diminutas ou nulas (ver Malan, 1983).

Este argumento deve ser avaliado pelo lado da estrutura real produtiva e pelo lado do gasto do governo.

Do ponto de vista da estrutura produtiva a crítica teria procedência se os setores produtores de bens-salários estivessem próximos da plena ocupação das instalações. Contudo, o estrangulamento que se percebe é de outra natureza. Circunscreve-se à oferta agrícola - como foi visto anteriormente - e, posivelmente aos serviços urbanos de utilidade pública. Tanto um quanto o outro não implicam, em seu equacionamento, um conflito com o esforço de exportação.

Desse modo, não há uma lógica econômica rígida que impeça a dinamização dos bens "sociais" e simultaneamente a expansão das exportações. O que talvez seja possível dizer é que as modificações estruturais da economia brasileira apontam para "caminhos naturais" que não passam pela priorização dos bens sociais. Esta requeriria um redirecionamento dos sinais de mercado. Contudo, uma das características essenciais da econo-

mia brasileira é de que os sinais de mercado não se fazem externamente ao Estado. Este articula-se endógenamente com a acumulação, de forma que os sinais de mercado são também, em grande extensão, os seus sinais. Neste sentido, reverte-los não é um assunto privado, econômico, mas também público e político.

Assim é que, se visto pelo lado do gasto do Governo, não há inviabilidade técnica. Não existe uma massa de recursos constantes a ser distribuída para objetivos mutuamente excluídos. Tanto a massa quanto a taxa de arrecadação podem subir quanto os subsídios voltados à exportação podem reduzir-se progressivamente.

A dimensão relevante, contudo, é que se visto simultaneamente pelo lado da estrutura produtiva e pelo lado do Governo, como um todo indissociável, a reversão do "caminho natural" é a um só tempo econômica e política. É neste terreno que a discussão da viabilidade deve se situar.

d) Esta questão é formulada em conexão com a questão anterior. Supõe-se que um crescimento econômico voltado para os bens sociais diminuiria o dinamismo da economia e o crescimento das exportações. As bases macroeconômicas deste argumento são altamente discutíveis. Em princípio o aumento do multiplicador gerado pela expansão dos salários reais e, uma diminuição da relação capital-produto vão no sentido de acelerar a taxa de crescimento, as exportações e importações.

e) A construção de cenários prospectivos revela-se

Útil para checar as tendências em curso na economia, localizar alguns problemas e afastar outros tantos. Nos itens a, b, c, d, dissemos fundamentalmente que, do ponto de vista econômico, os principais elementos estruturais que se antepõem a uma melhor distribuição de renda dizem respeito à produção de alimentos, aos serviços públicos urbanos e ao desemprego estrutural. O equacionamento destas questões - assim foi argumentado - não pode rece colidir com os requisitos de crescimento, aumento das exportações e maior dinamismo, eficiência e modernização tecnológica. Contudo, a debilidade deste quadro estrutural está em evacuar o Estado enquanto sujeito essencial tanto na raiz dos problemas quanto no seu equacionamento. Conforme foi visto anteriormente, a inequidade - característica essencial do estilo de desenvolvimento brasileiro - não se coloca externamente ao Estado. Este - a sua estruturação social - configura o próprio estilo de desenvolvimento em que a inequidade é o elemento visível! Por isto mesmo, quando se indaga sobre a viabilidade política de estratégias alternativas depara-se com um Estado imobilizado politicamente. Balcanizado e, a despeito de seu crescimento, privatizado, o Estado vivencia uma profunda crise política. Acostumado a afirmar-se politicamente pelo desenvolvimento, a crise do desenvolvimento é a sua crise. Desse modo, trata-se agora de reconstruir a crise ideológica do desenvolvimento que é, ao mesmo tempo a crise do Estado desenvolvimentista.

3. A Crise do Desenvolvimento

"The rationalistic philosophy of the eighteenth century, upon which the French Revolution had been based, was still the background to most people's thinking (Saint Simon's education had been supervised by d'Alembert); but this rationalistic philosopher, which had been expected to solve all the problems, had failed to rescue society from either despotism or poverty".

Edmund Wilson (*)

Face ao conjunto de transformações estruturais por que passou a economia brasileira, o pensamento progressista brasileiro vivencia um profundo impasse. Essencialmente o sucesso do desenvolvimentismo conservador em promover o crescimento e a industrialização vai engendrar uma progressiva perda de sua identidade. Vejamos rapidamente o seu roteiro.

Como se sabe, a tradição da Cepal associou o subdesenvolvimento ao estilo da industrialização ocorrido na América Latina no pós-guerra. Não caberia aqui fazer o movimento que levou cerca de 20 anos, entre a defesa entusiástica da indústria e a constatação de que o estilo em que esta se deu, não só não resolveu carências sociais acumuladas, mas, antes, agravou a iniquidade social e a heterogeneidade estrutural.

O paradigma do crescimento e miséria, anhou força no

(*) To The Finland Station, Doubleday & Co., N.Y., pg.80.

ga, sempre fez ponta de ideologia desenvolvimentista tanto do pensamento progressista quando da ideologia conservadora da segurança nacional, era o enorme endividamento externo e interno articulados por uma não menor especulação financeira.

Desse modo, se parte do ideário desenvolvimentista era cumprido, a sua reprodução social não poderia ser mais viável. Uma vez mais, a industrialização se afirmava, a despeito de um quadro internacional recessivo, sem resolver uma só das questões que o pensamento progressista teimosamente afirmava com maior ou menor inventividade.

A dimensão autoritária do Estado estava posta na lógica da acumulação de capital. Inicialmente, as transformações "liberais" ocorridas na segunda metade dos 60 e que se magnificam nos 70, foram interpretados como o fracasso do Estado desenvolvimentista e a vitória de um novo pacto conservador cujo centro gravitacional era o alinhamento político internacional à hegemonia dos EUA e uma ordem interna baseada no dinamismo e crescimento dos grupos monopólicos internacionais. Este Estado funcionalizado era, a um só tempo incapaz de prosseguir o processo de industrialização nos segmentos mais complexos do setor produtor de bens de produção, como executava uma política antipopular e de concentração de renda visando transferir recursos dos assalariados de base para as camadas médias. Desse modo, parecia que a crise do populismo marcava também a crise do Estado desenvolvimentista. A matriz do autoritarismo estava do modelo econômico social excludente e dependente.

A política estatal de aprofundar a industrialização levada a efeito na segunda metade dos 70 em um ambiente profundamente autoritário e estatizante aguçaram as interpretações sociológicas sobre o Estado. Como nas formulações de O'Donnell, o modelo burocrático-autoritário, parecia ser a contrapartida inevitável da industrialização pesada na periferia. A industrialização autoritária parecia assim, substituir o autoritarismo desindustrializante (Fiori. 1986). O autoritarismo era a forma obrigada do Estado na periferia sem que as conexões com o desenvolvimento ficassem inteiramente esclarecidas.

A profunda crise que acomete a economia mundial no início dos anos 80, o enorme crescimento da dívida externa que estrangula a economia latino-americana e brasileira, e a generalização de terapias monetaristas nos principais países latino-americanos redireciona o sentido do pensamento progressista. Este volta-se para a defesa intransigente da industrialização, para a defesa da intervenção estatal contra os intentos monetaristas de estabilização. Como não poderia deixar de ser, o desenvolvimentismo enquanto ideologia unificadora se reconstitui. Repunha-se na entrada da década o secular dilema americano: ao discurso liberal dos países desenvolvidos e do FMI, o pensamento progressista reafirmava o caminho nacional desenvolvimentista. Esta reconstituição, contudo, possui uma peculiaridade nacional radicalmente distinta das demais economias latino-americanas:

- em primeiro lugar, diferentemente de países como o Chile e Argentina, o liberalismo no Brasil, desde 1964, jamais conseguiu construir um projeto econô-

mico alternativo capaz de disputar a hegemonia do desenvolvimentismo e do industrialismo;

- em segundo lugar, o país irrompe a década com uma estrutura industrial complexa e diversificada. A industrialização já era um "fait accompli".

A primeira peculiaridade faz do projeto desenvolvimentista um terreno comum entre conservadores e progressistas - Com efeito, a ideologia do desenvolvimentismo torna a dialética entre a esquerda e a direita uma oposição entre progresso e conservadorismo. Na peculiar situação brasileira esta dialética é inteiramente idealista. Foram os conservadores, que no poder construíram a indústria moderna! Por outro lado, desloca o sentido da oposição fundamental que verdadeiramente distingue a esquerda da direita: uma diversa abordagem sobre o processo de mudança social. Um fundado sobre o processo competitivo, o outro na cooperação solidária, em direção a uma nova sociabilidade.

A segunda peculiaridade, o salto qualitativo da indústria, retira do projeto desenvolvimentista a sua visão globalista e histórica: não mais se trata de completar um parque industrial capaz de abrir caminho em direção a uma economia mais autônoma e homogênea. O futuro industrial já se vê e ele não traz consigo qualquer utopia.

O desenvolvimentismo atual diferencia-se, portanto, do passado. Aquele possuía duas matrizes: a utopia, ao es-

tilo da filosofia racionalista do tipo Saint Simon e o desenvolvimento de um sistema nacional de forças produtivas como em List. Estes dois troncos separaram-se de modo irreversível. Restou ao desenvolvimentismo moderno a defesa, sem paixão, da modernização industrial e do crescimento econômico.

Num momento em que a intensificação dos conflitos e a abertura democrática relocalam todo o drama social acumulado e sempre adiado, percebe-se um pensamento progressista desorientado na medida em que:

- Perdeu suas macro matrizes ideológicas socialistas;
- auto-criticou a utopia do desenvolvimentismo;
- desfigurou-se teoricamente, afogando-se no conjunturalismo.

Face a esta crise de paradigma e de projeto, vem sendo do modernamente relocaladas as questões nacional, estatal e social. É neste contexto que se põe o desafio fundamental: qual a especificidade política e econômica de um projeto progressista e reformista para o Brasil de hoje?

Subjacente à crise do pensamento desenvolvimentista encontra-se inevitavelmente a crise do Estado desenvolvimentista. Este, e aqui reside o aspecto mais importante, sempre constituiu-se no projeto histórico das nossas classes dominantes, o fundamento da sociedade. Se o crescimento significou industrializar-se, não se alterou, fundamentalmente a natureza do Estado. Como foi sublinhado recentemente, "... o Estado Desen-

mico alternativo capaz de disputar a hegemonia do desenvolvimentismo e do industrialismo;

- em segundo lugar, o país irrompe a década com uma estrutura industrial complexa e diversificada. A industrialização já era um "fait accompli".

A primeira peculiaridade faz do projeto desenvolvimentista um terreno comum entre conservadores e progressistas - Com efeito, a ideologia do desenvolvimentismo torna a dialética entre a esquerda e a direita uma oposição entre progresso e conservadorismo. Na peculiar situação brasileira esta dialética é inteiramente idealista. Foram os conservadores, que no poder construíram a indústria moderna! Por outro lado, desloca o sentido da oposição fundamental que verdadeiramente distingue a esquerda da direita: uma diversa abordagem sobre o processo de mudança social. Um fundado sobre o processo competitivo, o outro na cooperação solidária, em direção a uma nova sociabilidade.

A segunda peculiaridade, o salto qualitativo da indústria, retira do projeto desenvolvimentista a sua visão globalista e histórica: não mais se trata de completar um parque industrial capaz de abrir caminho em direção a uma economia mais autônoma e homogênea. O futuro industrial já se vê e ele não traz consigo qualquer utopia.

O desenvolvimentismo atual diferencia-se, portanto, do passado. Aquele possuía duas matrizes: a utopia, ao es-

tilo da filosofia racionalista do tipo Saint Simon e o desenvolvimento de um sistema nacional de forças produtivas como em List. Estes dois troncos separaram-se de modo irreversível. Restou ao desenvolvimentismo moderno a defesa, sem paixão, da modernização industrial e do crescimento econômico.

Num momento em que a intensificação dos conflitos e a abertura democrática relocalam todo o drama social acumulado e sempre adiado, percebe-se um pensamento progressista desorientado na medida em que:

- Perdeu suas macro matrizes ideológicas socialistas;
- auto-criticou a utopia do desenvolvimentismo;
- desfigurou-se teoricamente, afogando-se no conjunturalismo.

Face a esta crise de paradigma e de projeto, vem sendo do modernamente relocaladas as questões nacional, estatal e social. É neste contexto que se põe o desafio fundamental: qual a especificidade política e econômica de um projeto progressista e reformista para o Brasil de hoje?

Subjacente à crise do pensamento desenvolvimentista encontra-se inevitavelmente a crise do Estado desenvolvimentista. Este, e aqui reside o aspecto mais importante, sempre constituiu-se no projeto histórico das nossas classes dominantes, o fundamento da sociedade. Se o crescimento significou industrializar-se, não se alterou, fundamentalmente a natureza do Estado. Como foi sublinhado recentemente, "... o Estado Desen-

volvimentista gestado desde a 1ª G.M. (nasce embalado nos anos 30 e ativado a partir do Estado Novo. Nasce autoritário, como única forma de arbitrar e repor as regras de convivência com a heterogeneidade; e nasce industrializante, como única forma de responder às restrições externas, atendendo à complexidade crescente e irrecusável das demandas internas." (Fiori, 1986, pg.43).

Torna-se cada vez mais real a descrença na capacidade reaglutinadora do Estado Desenvolvimentista - este concenso em torno da ação estatal como único caminho do desenvolvimento nacional e social. É neste sentido que a questão de um projeto progressista deve se colocar. A depender dos rumos da luta política a ser travada é possível supor dois desdobramentos possíveis: uma recomposição da ideologia e do Estado Desenvolvimentista, com o que se mantém, com modificações marginais, o estilo de desenvolvimento até aqui percorrido, ou, uma nova rearticulação política e social abrindo espaço, para um novo estilo, mais equitativo do ponto de vista político e social.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- FAJNZYLBER, Fernando. "Reflexões sobre os limites e potencialidades Econômicas da Democratização" - Revista de Economia Política, vol.6, nº 1, jan-abril/1986.
- SUZIGAN, Wilson e KANDI, Antonio. "O desempenho da indústria em 1985". Revista de Economia Política. vol. 6, nº 2, abril-junho/1986.
- ERBER, Fábio Stefano. "The Development of the Electronic Complex and government Policies in Brazil" - IEI, 1986.
- TAUILE, José Ricardo. "Microeletrônica e Automação: a Nova Fase da Indústria Automobilística Brasileira", 1984.
- FIORI, José Luiz. "A Crise do Estado Desenvolvimentista no Brasil - Uma Hipótese Preliminar", 1986.
- BNDES. Novos Cenários Para a Economia Brasileira 1985-1990 - Departamento de Planejamento, 1985.
- BONELLI, Régis. "Além do Ajuste: Uma Nota Sobre Dilemas e Limitações da Indústria Brasileira na Segunda Metade dos Anos 80". (Versão Preliminar), 1985.
- TAVARES, Maria da Conceição. "Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismo Tardío y Perifericos", CECADE, 1981.
- FAJNZYLBER, Ferrando - "La Industrialización Trunca de America Latina. Ed. Nueva Imagen, México, 1983.
- CASTRO, Antonio Barros de e SOUZA, Francisco E. Pires - A Economia Brasileira em Marcha Forçada - Paz e Terra, 1985.
- TAVARES, Maria da Conceição; COUTINHO, Luciano G. - "La Industrialización Brasileña Reciente: Impasses y Perspectivas" in Economía de América Latina, nº 12, 2º semestre de 1984.
- MALAN, Pedro Sampaio - Política Econômica e Teorias de Balanço de Pagamentos: Relações Internacionais do Brasil no Período 1946-1979. Tese apresentada à FEA/UFRJ para concurso de Prof. Titular - 1981.

CEPAL - Anuário Estatístico de América Latina - 1984.

FURTADO, Celso - "Underdevelopment: to conform or Reform" - in Pioneers II Seminar World Baule, Washington, D.C.- August 7-8. 1985.

RANGEL, I. - "As Estatais e o Mercado de Ações" - in Folha de São Paulo, 10/07/85, pg.3.

OLIVEIRA, F. - "Além da Transição, Aquém da Imaginação". Novos Estudos, CEBRAP, nº 2, Junho de 1985.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1986
TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
85. SOUZA, Isabel R.O.Gómez de. <u>Pressupostos ideológicos da estratégia participativa de administração pública.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 85)	22
86. HAGUENAUER, Lia. <u>O complexo químico brasileiro. Organização e dinâmica interna.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 86)	114
87. VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. <u>Nacionalismo versus questão nacional: o exemplo da política nuclear no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 87)	88
88. FIORI, José Luís. <u>A crise do Estado desenvolvimentista no Brasil - uma hipótese preliminar.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 88)	113
89. TIGRE, Paulo Bastos. <u>Perspectivas da indústria brasileira de computadores na 2a. metade da década de 80.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 89)	55
90. ERBER, Fábio Stefano. <u>Padrões de desenvolvimento e difusão de tecnologia.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 90)	73
91. MEDEIROS, Carlos Aguiar de. <u>A "superação" da teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Os caminhos da crítica.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 91)	38
92. ZONINSEIN, Jonas. <u>Conception and theoretical ambiguities of social democracy in the twentieth century: Hilferding's finance capital.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 92)	42
93. BATISTA, Jorge Chami. <u>Brazil's Second National Development Plan and its Growth-Cum-Debt Strategy.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 93)	94
94. TAVARES, Maria Conceição. <u>Problemas de Industrialización avanzada en capitalismo tardío y periféricos.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986 (Discussão 94)	66
95. PENA, Maria Valéria Junho. <u>Anotações sobre a pobreza feminina na constituição de um mercado de trabalho informal do Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986 (Discussão 95)	26

	Nº de páginas
96. TAVARES, Maria da Conceição & COUPEIRO, Luciano G. <u>La industrialización Brasileña Reciente: Impasse y Perspectivas.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 96).	40
97. PROCHNIK, Victor. <u>A cooperação Universidade/Empresa: tendências internacionais recentes no setor de informática.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 97)	26
98. GUIMARÃES, Fabio Celso de Macedo Soares. <u>A política tecnológica nos países de industrialização recente.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986 (Discussão 98)	60
99. TAVARES, Maria da Conceição. <u>América Latina Frente a Los Condicionantes Actuales de la Economía Internacional - Una Perspectiva Brasileira.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986 (Discussão 99).	14
100. TAUILLE, José Ricardo. <u>Automação e Competitividade. Tendências no Cenário Internacional.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986 (Discussão 100).	164
101. SOUZA, Luiz Alberto GómeZ de. <u>Crise do planejamento e emergências de experiências sociais inovadoras (diagnóstico e projetos alternativos).</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986 (Discussão 101)	75
102. SHAIKH, Anwar. <u>Accumulation, finance and effective demand in Marx, Keynes and Kalecki.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986 (Discussão, 102).	26
103. MEDEIROS, Carlos Aguiar de. <u>Industrialização e desenvolvimento no Brasil. Perspectivas pós ajuste.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986 (Discussão 103).	44